

Rosemberg: contra despesas sem aprovação

JORNAL DO TABOÃO Congresso. SK

Todas as despesas do governo devem ser aprovadas pelo Congresso Nacional, afirmou ontem o assessor especial para Assuntos Econômicos da Presidência da República, Luiz Paulo Rosemberg, que considerou "uma violência contra a sociedade" o fato de o Executivo ter poderes para ampliar sua dívida sem consultar ninguém.

Rosemberg foi um dos participantes do simpósio "O Legislativo e o Orçamento", promovido pelo Senado Federal e a embaixada norte-americana, e comentarista da conferência realizada pela economista Alice Rivlin, diretora do Programa de Estudos Econômicos da Brookings Institution dos Estados Unidos.

Em sua palestra, Rivlin enfatizou a preocupação dos parlamentares norte-americanos com o déficit público, afirmando que o seu país tem tido problemas com a alta da inflação e com o nível de desemprego nos últimos anos. Falou também da dificuldade de se planejar com antecipação orçamentos públicos e defendeu a tese de que estes devem emergir de um debate nacional, embora isso seja um processo demorado.

Já o assessor especial para Assuntos Econômicos da Presidência da República destacou em seu comentário duas funções básicas no processo de orçamentação: o seu envio ao Congresso e a legitimação por este dos gastos públicos, afirmando que neste último aspecto o Brasil ainda tem alguns pontos a avançar, ou seja, as propostas econômicas necessitam estar unidas pelo voto.

Para Rosemberg, um bom orçamento público deve possuir três características: universalidade, transparência e realismo. No aspecto da universalidade, segundo ele, deve haver explicitação de todo o movimento de recursos e necessidade, como o limite de endividamento.

A transparência é outro aspec-

to que, segundo Rosemberg, não deve faltar num orçamento público. Ele acredita que ainda falta uma avaliação objetiva das rubricas que fazem parte de um orçamento, defendendo a idéia de que deve haver mais rigor na introdução de uma rubrica nova do que na sua manutenção.

O terceiro item, realismo, para o assessor especial, é um desafio técnico que vai permitir ao Congresso trabalhar com os recursos de que dispõe o governo realmente.

Durante os debates, logo após a apresentação das palestras e comentários, Alice Rivlin revelou que nos Estados Unidos a desmobilização de ativos tem sido utilizada como forma de cobrir o déficit público, idéia que foi exemplificada por Rosemberg como já utilizada também pelo Brasil.

Hoje pela manhã, o ministro João Sayad, do Planejamento, participará do simpósio como comentarista da conferência de Roberto Giaimo, da Comissão para um orçamento responsável dos Estados Unidos.

O simpósio foi aberto ontem pelo presidente em exercício do Senado Federal, senador Guilherme Palmeira (PFL-MT), com a presença do embaixador dos Estados Unidos, Diogo Asencio, do senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), presidente-executivo do simpósio, e do vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Francini.

O vice-líder oposicionista Virgílio Távora (PDS-CE) voltou ontem a criticar a proposta orçamentária federal para o próximo ano, especialmente pelo elevado déficit previsto, equivalente à metade da receita e um terço da despesa constante da proposta. Ele considera utópica a tese de rejeição da proposta pelo Congresso Nacional sugerida pelo senador Roberto Campo (PDS-MT).